

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de maio de 2023 às 07h54
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais | Direito de Imagem

Tribunal italiano reconhece direitos de imagem de bens culturais	4
DIVERSÃO	

Folha de S. Paulo | BR

16 de maio de 2023 | Direitos Autorais

Brasil pode ser pioneiro na corrida global para regular IA	5
MERCADO	

Exame.com | BR

Patentes

Faber-Castell registra patentes para NFTs e produtos no metaverso	8
FUTURE OF MONEY JOÃO PEDRO MALAR	

Patentes

LG registra patente para televisão com recurso de negociação de NFTs	10
FUTURE OF MONEY JOÃO PEDRO MALAR	

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Google falta a seminário, e relator das Fake News cobra que empresa participe de debates	11
GUILHERME CAETANO	

UOL Notícias | BR

Direitos Autorais

Gusttavo Lima pode perder fortuna de R\$20 milhões por plágio musical!	12
-----------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Marco regulatório | INPI

Globo fará novo remake de novela e briga por título da obra	14
------------------------------------------------------------------------------	-----------

O Estado - Online | CE

16 de maio de 2023 | Propriedade Intelectual

Bancada das big techs apresenta texto alternativo ao PL das Fake News	15
----------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Convergência Digital | BR

Direitos Autorais

PL das Fake News: Orlando Silva abre brecha para a autorregulação	16
CONVERGENCIADIGITAL	

MIGALHAS nº 5.601	17
-------------------------	----

Tribunal italiano reconhece direitos de imagem de bens culturais

DIVERSÃO

Um tribunal de Florença, na Itália, reconheceu nesta segunda-feira (15) a existência de direitos de imagem sobre bens culturais.

A sentença foi dada em um processo movido pela Galleria dell'Accademia contra uma editora que havia publicado na capa de uma revista uma imagem não autorizada do "David" de Michelangelo, obra mais famosa do museu, sobreposta à foto de um modelo.

De acordo com a galeria, a peça tinha fins "abertamente publicitários". Com a decisão, o Tribunal de Florença reconheceu a existência de **direito** de imagem para obras de arte, como pinturas e esculturas, no primeiro julgamento do tipo na Itália.

Segundo os juízes, os bens culturais são a "expressão

da identidade da nação e de sua memória histórica", portanto é preciso "proteger o direito à identidade coletiva dos cidadãos que se reconhecem como pertencentes a essa mesma nação".

Dessa forma, o tribunal determinou que a reprodução não autorizada do "David" provocou um "dano de caráter patrimonial, ligado à ausência de pagamento da taxa para o uso do bem [valor calculado em 20 mil euros], mas sobretudo um dano de natureza não patrimonial, quantificado em 30 mil euros".

"A editora, insidiosamente e maliciosamente, aproximou a imagem do 'David' à de um modelo, assim degradando, ofuscando, mortificando e humilhando o alto valor simbólico e identitário da obra de arte, sujeitando-a a finalidades publicitárias", disse o tribunal. .

Brasil pode ser pioneiro na corrida global para regular IA

MERCADO

Pesquisadores e especialistas têm alertado sobre os riscos da tecnologia

TEC

Thiago Bethônico

são paulo Na primeira semana do mês, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou projeto de lei para instituir um marco legal da IA (inteligência artificial). A proposta pode fazer com que o Brasil seja um dos primeiros a regular o uso da IA de forma ampla, num momento em que vários países lutam para impor limites à tecnologia.

Diante de um acirramento na corrida das big techs por produtos que usam IA, pesquisadores e especialistas têm alertado sobre os riscos embutidos nesses sistemas.

Até os padrinhos da tecnologia, como o ex-Google Geoffrey Hinton, vêm engrossando o coro dos que clamam por um controle maior do setor.

Os avisos sobre os perigos aumentaram com a popularização do ChatGPT, chatbot alimentado por IA generativa que surpreendeu usuários por sua capacidade de responder a perguntas complexas, imitar estilo de artistas famosos e criar conteúdos quase indistinguíveis do que um humano faria.

O ChatGPT tirou nota alta no Enem, montou carteiras de investimentos com boa rentabilidade e escreveu centenas de colunas de jornal.

Ao mesmo tempo, levantou preocupações sobre segurança de dados, divulgação de conteúdos tendenciosos e discursos discriminatórios.

Entre a empolgação com a nova tecnologia e o medo

das consequências, a corrida pela regulação da IA tem ganhado velocidade. Diversos países começaram - ou se apressaram - a desenhar leis que abordam desde questões éticas até aspectos como privacidade, **direitos** autorais e transparência de algoritmos.

Até o momento, não há nenhuma regulamentação transversal sobre IA aprovada no mundo. O que existe é uma pluralidade de normas setoriais, políticas públicas e iniciativas de incentivo que abordam o uso dessa tecnologia.

Segundo levantamento da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), há mais de 800 iniciativas de políticas para lidar com a IA hoje, em 69 países. No entanto, as primeiras regulações detalhadas ainda estão em discussão - e o Brasil pode ser pioneiro nessa corrida.

A proposta do Senado, que será analisada nas comissões temáticas da Casa, foi discutida por nove meses por uma comissão de especialistas.

O texto traz diretrizes gerais para o desenvolvimento, a implementação e o uso responsável da IA a fim de proteger direitos fundamentais e garantir sistemas seguros e confiáveis.

O projeto de lei é baseado em três grandes eixos: 1) princípios e direitos dos afetados, 2) classificação de riscos e 3) supervisão e responsabilização. Além disso, prevê a criação de um órgão para unificar e fiscalizar o cumprimento das regras.

Miriam Wimmer, diretora da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), diz que, na última década, os fóruns internacionais se esforçaram em estabelecer princípios para o uso responsável na **internet** e da inteligência artificial.

Continuação: Brasil pode ser pioneiro na corrida global para regular IA

Segundo ela, uma das recomendações mais importantes veio da OCDE, assinada inclusive pelo Brasil em 2019. "É um documento muito principiológico, com parâmetros gerais e que reforça a ideia da IA centrada no ser humano."

Wimmer afirma que as primeiras regulações vinculantes estão surgindo agora e que o principal desafio é exatamente encontrar a medida certa entre obrigações concretas - passíveis de serem cobradas pelas autoridades- e dispositivos mais abstratos.

Nessa discussão, ela diz que o Brasil aparece como um dos países mais avançados, ao lado da UE, que tem liderado a agenda há anos e deve ser a primeira a adotar um marco legal para limitar os excessos da inteligência artificial.

Desde 2021, o bloco discute a AIA (Lei de Inteligência Artificial, na sigla em inglês), cujo projeto foi aprovado na quinta (11) pelo Parlamento Europeu e agora segue para uma fase de negociações com cada país-membro.

Entre as preocupações centrais da iniciativa estão a difusão de conteúdos perigosos, a manipulação da opinião pública mediante conteúdos falsos e sistemas de vigilância em massa.

A AIA propõe uma avaliação de risco a partir de três categorias. A primeira inclui os sistemas de "risco inaceitável" que serão banidos e enquadram desde aplicativos que atribuem pontuação a pessoas (social scoring) até serviços que podem incentivar comportamentos de destruição.

A segunda categoria são os sistemas de "alto risco" - como ferramentas para classificar candidatos para vagas de emprego, além de tecnologias para infraestrutura e educação- , que estarão sujeitos a regras específicas. Por fim, entram os apps não listados como perigosos, que serão deixados sem regulamentação.

Wimmer destaca diferenças entre as propostas europeia e brasileira. Segundo ela, a da UE é baseada muito na ideia de certificação de segurança de produtos. Já a abordagem brasileira coloca mais peso na proteção de direitos.

Ronaldo Lemos, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro e colunista da Folha, pondera que o projeto brasileiro foi feito antes do surgimento dos grandes modelos como o ChatGPT e, por isso, já nasce datado.

Ele ainda destaca outros pontos de atenção, como um possível ônus para quem desenvolve IA no Brasil, o que pode acabar favorecendo que o país seja mais consumidor do que produtor de IA.

"O desafio do Brasil com inteligência artificial é duplo: devemos estar atentos para os problemas que a IA pode trazer, mas precisamos também criar incentivos para que essa tecnologia possa ser desenvolvida de forma competitiva localmente", afirma.

A jurista Laura Schertel, que foi a relatora da comissão de especialistas que elaborou o marco brasileiro, discorda das críticas.

Sobre o projeto já nascer datado, ela diz que toda regulação lida com o risco de que as tecnologias avancem, mas afirma ser possível enfrentar esse desafio via normas mais gerais. Além disso, ela destaca que o projeto possui dispositivos que compreendem tecnologias como ChatGPT.

"Não estamos regulando um típico específico de IA, mas aplicações e impactos", afirma. "Acho que vamos precisar de outras regulações que lidem com incentivos a pesquisa científicas e concorrência. Não conseguimos, com um único projeto de lei, lidar com todos os grandes desafios que a IA coloca."

Tanto Schertel quanto Lemos concordam que o país mais avançado em medidas legislativas é a China.

Continuação: Brasil pode ser pioneiro na corrida global para regular IA

Nas últimas semanas, a Administração do Ciberespaço da China criou uma série de diretrizes que se aplicam aos grandes modelos de linguagem como o ChatGPT e à IA generativa de modo geral.

Entre as regras, está a determinação de que os modelos sejam treinados com dados precisos e que não possam gerar discriminação entre os usuários.

Além de incentivar os modelos locais, o regime chinês criou um registro obrigatório de algoritmos.

Segundo o projeto, os conteúdos gerados pela LA ainda devem "refletir os valores socialistas fundamentais e não devem apresentar conteúdo relacionado à subversão do poder do Estado". Também não devem conter propaganda terrorista ou extremista, ódio étnico ou outros conteúdos que possam perturbar a ordem econômica e social. Pequim está atenta aos avanços do ChatGPT e, pouco após seu lançamento, proibiu o uso do app. Re-

centemente, o país fez sua primeira prisão ligada ao uso da IA. Segundo a polícia, um homem confessou ter usado o ChatGPT para criar fake news.

Nos Estados Unidos, o governo de Joe Biden publicou ampla orientação para o uso seguro de IA, após ser pressionado para monitorar o desenvolvimento da tecnologia. Em reunião com CEOs do Vale do Silício, a Casa Branca pediu limites à inteligência artificial, numa demonstração pública de que o governo está preocupado com o assunto. A proposta americana não é exatamente uma regulamentação, mas uma série de princípios a serem aplicados por órgãos da administração pública, como proteção contra discriminação algorítmica, garantia de intervenção humana nos processos e segurança dos sistemas.

Faber-Castell registra patentes para NFTs e produtos no metaverso

FUTURE OF MONEY

A Faber-Castell, empresa alemã líder no segmento de itens de papelaria, registrou na última semana três pedidos de patente nos Estados Unidos em torno de produtos ligados ao metaverso e a tokens não-fungíveis (NFTs, na sigla em inglês). Os documentos mostram um interesse da companhia no mundo dos criptoativos.

Os pedidos foram identificados por Michael Kondoudis, um advogado especializado no **registro** de patentes nos Estados Unidos. As **patentes** ainda precisam ser aprovadas pelas autoridades competentes nos Estados Unidos, e foram solicitadas na última quarta-feira, 10.

De acordo com os documentos, a Faber-Castell está desenvolvendo "ativos digitais que podem ser baixados, em especial programadas de computador que possuem materiais de desenho, escrita, canetas, giz de cera, lápis, borracha, régua, materiais de artistas, cadernos".

A ideia é que esses itens sejam criptoativos que possam ser transacionados usando a tecnologia blockchain, permitindo tanto a negociação desses itens digitais quanto o uso de criptomoedas para realizar a aquisição dos mesmos ou recebimento em caso de venda.

Outro pedido envolve a criação de um serviço de varejo para a compra e venda dos ativos virtuais. Já a terceira solicitação é para a criação de um espaço virtual em que "os usuários possam interagir para propósitos recreativos, de lazer e de entretenimento".

Os documentos sugerem que a Faber-Castell planeja ingressar no metaverso a partir da oferta de criptoativos e NFTs colecionáveis que vão imitar os produtos que já são vendidos pela empresa em diversos países, incluindo o Brasil. É uma estratégia semelhante a outras companhias, como a Adidas.

#FaberCastell is coming to the Metaverse!

The company has filed a trademark application claiming plans for branded:

Virtual pens, pencils, stationery
Stores for virtual goods
NFT-backed digital files
Crypto-collectibles

and much more! #NFTs #Metaverse #Web3 #Crypto

- Mike Kondoudis (@KondoudisLaw) May 15, 2023

Metaverso está morto?

A estratégia da Faber-Castell mostra que empresas tradicionais ainda estão apostando em casos de uso para seus produtos no metaverso, mesmo em meio à queda na popularidade desse segmento e das discussões em torno das suas aplicações e mudanças para a economia.

Em um artigo publicado em maio no jornal Financial Times, o CEO de uma empresa de relações públicas, Ed Zitron, afirmou que a "tecnologia outrora badalada" havia "morrido após ser abandonada pelo mundo dos negócios". Ele destacou que a plataforma de realidade virtual da Meta, Horizon Worlds, não te-

Continuação: Faber-Castell registra patentes para NFTs e produtos no metaverso

ria cumprido sua "grande promessa" de se tornar o futuro da internet.

O texto viralizou nas redes sociais, atraindo tanto apoiadores quanto críticos. O CEO da Epic Games, Tim Sweeney, continua otimista sobre o metaverso e reforçou essa posição ao zombar da análise de Zitron, afirmando que 600 milhões de usuários em plataformas de mundos virtuais como Fortnite, Minecraft, Roblox, The Sandbox e VR Chat.

O mundo está mudando, e seu dinheiro também precisa acompanhar essa evolução. Invista em criptomoedas com a Mynt!

Siga o Future of Money nas redes sociais: Instagram | Twitter | YouTube | Telegram | Tik Tok

LG registra patente para televisão com recurso de negociação de NFTs

FUTURE OF MONEY

A empresa de tecnologia sul-coreana LG Electronics entrou com um pedido de **patente** junto à **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) afirmando que conseguiu desenvolver uma Smart TV baseada em blockchain que permite aos usuários trocar tokens não-fungíveis (NFTs, na sigla em inglês) entre si.

A informação foi publicada no banco de dados global da OMPI para **propriedade** intelectual. Segundo as regras da organização, um pedido de **patente** é publicado 18 meses após a data de depósito ou depósito prioritário. Com base nesse cronograma, o pedido da LG foi enviado em novembro de 2021. As próximas etapas incluem o exame substantivo, seguido pela concessão ou recusa de proteção legal à invenção.

De acordo com o pedido da LG, sua tecnologia permite que os dispositivos se conectem com uma carteira cripto e um servidor de marketplace de NFTs para permitir transações. Quando conectado a um servidor de marketplace, o dispositivo incorpora QR Codes na tela que permitem aos usuários concluir transações por meio de uma carteira digital.

O pedido segue o lançamento de uma plataforma própria de negociação de NFTs pela empresa em setembro de 2022 - o LG Art Lab Marketplace, que é baseado na rede blockchain Hedera. Ele permite que as TVs que executam o webOS 5.0 ou versões posteriores troquem obras de arte digitais entre si.

Não está claro até o momento se a nova televisão registrada pela companhia se integrará a diferentes carteiras digitais ou ficará restrita ao Wallypto da LG, a

carteira de criptomoedas para smartphone da empresa, que também está disponível em seu Art Lab Marketplace.

LG e Web3

A LG está integrando uma variedade de soluções Web3 em seus dispositivos. Em janeiro, a empresa divulgou uma parceria com as plataformas de tecnologia baseadas em nuvem Oorbit e Pixelynx para trazer o metaverso diretamente para as salas de estar dos telespectadores. A colaboração foi projetada para permitir que os clientes explorem mundos virtuais interconectados, shows e jogos multijogador de inteligência artificial por meio de suas TVs.

E a LG não é a única grande empresa de tecnologia trabalhando para integrar funções da Web3 em seus produtos. No ano passado, a Samsung, uma das suas principais concorrentes, anunciou uma nova linha de Smart TVs integrada a uma plataforma de NFTs. A empresa também está investindo ativamente em projetos de metaverso por meio de seu braço de capital de risco, Samsung Next.

Para você que adora ler notícias de crypto, a Mynt é o aplicativo ideal para você. Invista e aprenda sobre crypto ao mesmo tempo com conteúdos descomplicados para todos os públicos. para abrir sua conta.

Siga o Future of Money nas redes sociais: [Instagram](#) [Twitter](#) [YouTube](#) [Telegram](#) [Tik Tok](#)

Google falta a seminário, e relator das Fake News cobra que empresa participe de debates

O relator do PL das Fake News na Câmara dos Deputados, Orlando Silva (PCdoB) criticou a ausência do CEO do Google em um seminário para discutir mídias digitais. Fabio Coelho, executivo da plataforma digital, estava previsto para participar do debate organizado pelo Grupo Esfera, nesta segunda-feira em São Paulo, mas cancelou a ida de última hora.

O evento contou com a presença do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, do relator do projeto no Senado, Angelo Coronel, e da diretora da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Miriam Wimmer.

- Defendo que o Google faça debate em um espaço como este, ou no Congresso Nacional. Não pode haver abuso do poder econômico da sua estrutura, que é neutra, para enviesar o debate - declarou o deputado.

Em coletiva de imprensa após o seminário, Silva cobrou que o Google indique qual artigo do PL abria brechas para censura, em referência ao discurso defendido pelos opositores ao projeto segundo o qual a proposição limitaria a liberdade de expressão no país. O texto, na verdade, impõe maior transparência em conteúdo impulsionado e corresponsabilização

em casos de cometimentos de crimes.

Uma das empresas-alvo da proposta, o Google é cobrado por maior transparência e responsabilização na circulação de conteúdo, principalmente no YouTube e nos algoritmos de busca.

Alinhamento entre as Casas

Silva também afirmou que vai alinhar a proposta com o Senado antes de levá-lo a votação no plenário da Câmara. No mês passado, ele pediu a retirada do PL da pauta com a iminência de uma derrota na votação, o que foi considerado uma derrota para o governo, que defende a ideia.

- Vamos pactuar com o Senado antes de a Câmara votar o texto - afirmou o deputado.

Pouco antes, Coronel usou seu discurso para criticar as alterações feitas no projeto original, oriundo do Senado, e acenou para a não aprovação de algumas mudanças. Ele disse ver com bons olhos o fatiamento da proposta, com a votação independente das propostas de remunerar conteúdo jornalístico e referente a **direitos** autorais.

Gusttavo Lima pode perder fortuna de R\$20 milhões por plágio musical!

Gusttavo Lima, uma figura proeminente no mundo da música sertaneja, encontra-se em apuros jurídicos. De acordo com informações publicada nesta sexta-feira (12), pela jornalista Mariana Moraes, do portal Em Off, o cantor não compareceu à primeira audiência do processo contra o compositor André Luiz Gonçalves da Silva, mais conhecido como De Lucca, realizada na última quarta-feira (10). Como resultado, Lima agora enfrenta a possibilidade de uma condenação por plágio que pode custar até R\$ 20 milhões em indenização por danos morais.

O processo foi originalmente arquivado a pedido de Lima, que alegou que o prazo para ajuizamento da ação havia prescrito. No entanto, a Justiça acatou um recurso de De Lucca e o caso foi reaberto. O marido de Andressa Suita enviou seu advogado para representá-lo na audiência, mas o juiz William Costa Melo, da 30ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, decidiu que o cantor sertanejo deveria estar presente e remarcou a audiência para o dia 30 deste mês.

Publicidade Carregando... Não foi possível carregar anúncio

O advogado de De Lucca, Adolfo Kennedy Marques Júnior, alertou que, se Lima não comparecer à próxima audiência, poderá ser condenado por "confissão ficta". Essa condenação implicaria que tudo que De Lucca alega no processo seria aceito como verdade.

De Lucca alega ser o único autor da música "Fora do Comum", um grande sucesso de Gusttavo Lima em 2011. No entanto, Lima sustenta que ambos escreveram a música juntos e que já repassou os valores devidos ao compositor. De Lucca está reivindicando judicialmente todos os lucros derivados das execuções e do lançamento da faixa.

Em 2019, o juiz William Costa Melo decidiu ex-

tinguir o processo, afirmando que De Lucca havia perdido o prazo legal de três anos para ajuizar a ação. De Lucca recorreu da decisão e o desembargador Reinaldo Alves Ferreira decidiu revogar a sentença anterior. Com isso, o caso voltou às mãos do juiz Mello para nova avaliação dos argumentos apresentados por ambos os lados.

O conflito entre Lima e De Lucca se estende desde 2016. Além de "Fora do Comum", De Lucca também reivindica co-autoria na música "Armadura da Paixão". O compositor acredita que não recebeu os devidos créditos e royalties por ambas as músicas e, por isso, decidiu abrir um processo contra Lima. No entanto, o cantor tem tentado anular o processo, alegando que o prazo legal para mover a ação já havia expirado.

De Lucca busca reconhecimento integral da autoria da música "Fora do Comum" e acredita que Lima se autodenominou co-autor da música de forma injusta. Inconformado com a situação, ele decidiu levar o caso à Justiça, reivindicando a quantia de R\$ 20 milhões por plágio e danos morais.

"O autor exclusivo da música é o De Lucca. Gusttavo não compôs nenhum trecho, harmonia ou melodia da música. Ele recebeu 50% dos direitos da canção, mas reclama agora que tem direito aos outros 50% mais indenização pela mentira de que Gusttavo Lima é coautor da canção", afirmou o advogado de De Lucca no processo.

A ação continua tramitando na Justiça, e se Gusttavo Lima perder, ele poderá ter que pagar uma grande soma para ressarcir De Lucca. O caso ilustra a importância do reconhecimento adequado dos **direitos** autorais na indústria da música, especialmente quando as canções se tornam grandes sucessos.

Agora, todos os olhos estão voltados para a próxima

Continuação: Gustavo Lima pode perder fortuna de R\$20 milhões por plágio musical!

audiência marcada para o dia 30 de maio. A ausência de Gustavo Lima pode ter consequências significativas, pois sua falta pode ser interpretada como uma admissão de culpa. Portanto, será crucial para ele garantir sua presença na próxima audiência para evitar uma condenação por plágio, que pode ter implicações financeiras e reputacionais severas.

O desfecho deste caso aguardado pelo público pode

estabelecer um precedente importante para futuros litígios relacionados a **direitos** autorais na música.

">

Confira mais notícias sobre música sertaneja no Movimento Country com Hedmilton Rodrigues

Globo fará novo remake de novela e briga por título da obra

A quer fazer um remake da novela *Elas por Elas*, sucesso de 1982. A emissora está na briga para registrar o título no **INPI** (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual). Atualmente, quem detém o nome é um grupo cultural de Minas Gerais (Cia *Elas por Elas*).

A informação é do jornal *O* desta segunda-feira (15) e traz que Cassio Gabus Mendes está confirmado no remake. A publicação traz também que o remake era um grande desejo dos autores da nova versão *Therza Falcão* e Alessandro Marson.

A novela original de 41 anos atrás marcou a estreia de Cassio na TV e foi escrita por seu pai, Cassiano Gabus Mendes.

na Globo

A emissora teve posse da marca de 1982, quando a novela foi exibida pela primeira vez, até 1993, quando o título foi extinto pelo órgão federal. De lá pra cá, o nome ficou disponível e algumas empresas registraram a marca, como um companhia de competições esportivas, uma fábrica de brinquedos e até uma revista, esta ainda em vigor desde 2014, mas todas essas empresas têm finalidades diferentes do canal, podendo compartilhar o mesmo nome já que as atividades são distintas.

A história terá direção artística de Amora Mautner e será protagonizada por sete mulheres, todas com idades entre 40 e 50 anos. Elas vão se reencontrar depois de um longo período afastadas.

Como pano de fundo, a planeja utilizar o Rio de Janeiro. A estreia deve ocorrer no segundo semestre.

Bancada das big techs apresenta texto alternativo ao PL das Fake News

O líder do grupo conhecido como Frente Digital, deputado Lafayette Andrada (Republicanos-MG), protocolou nesta segunda-feira (15) um substitutivo ao PL das Fake News que muda o regime de responsabilização das plataformas e ainda proíbe as empresas de removerem ou reduzirem o alcance das postagens e das contas institucionais de parlamentares em exercício.

O texto deve ser avaliado quando o PL das Fake News entrar na pauta, o que pode ocorrer nesta semana ou na próxima. Na proposta atual, os parlamentares têm uma proteção menor, dispondo apenas de uma via preferencial para contestar remoções e outras ações das empresas. O substitutivo retira do texto original, relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), o "dever de cuidado" e as "análises de risco sistêmicos" propostas, inspiradas na legislação europeia, e atribui a uma entidade de autorregulação a função de impor multas e punições às empresas.

Atualmente, vigora o Marco Civil da Internet, de 2014 - lei que estabelece que empresas só podem ser punidas civilmente por conteúdo de terceiros se não

removerem após ordem judicial, a não ser nos casos de nudez não consentida ou violação de propriedade intelectual. Com o PL 2630, que é conhecido como PL das Fake News, as plataformas poderiam ser punidas antes de ordem judicial, mas apenas se descumprirem de forma generalizada o dever de mitigar e combater conteúdo ilegal, e só após a adoção de um protocolo de segurança.

De acordo com o substitutivo proposto por Andrada, as empresas só poderiam ser punidas caso haja um "requerimento específico emitido por autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou pela investigação de seu descumprimento, que tenha efetivamente recebido" ou notificação de qualquer usuário sobre "conteúdo manifestamente ilegal".

Segundo Andrada, a entidade de autorregulação, composta apenas pelos representantes das empresas, é que ficaria encarregada de impor multas e punições sobre as plataformas. Caso não desempenhe seu papel, haveria entrada de um comitê multissetorial.

hoje

PL das Fake News: Orlando Silva abre brecha para a autorregulação

O deputado federal Orlando Silva (PC do B-SP) indicou nesta segunda-feira, 15/05, que poderá reincorporar ao texto do Projeto de Lei 2.630/20, o chamado PL das Fake News, a previsão de autorregulação das empresas de tecnologia pelo controle da propagação de notícias falsas. Segundo Silva, que é o relator do PL na Câmara dos Deputados, o tema foi proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na última sexta-feira (12), e seria uma forma de encontrar consenso na Casa e, também, entre os senadores, uma vez que a medida já estava prevista no texto aprovado no Senado. Orlando Silva quer vota o PL das Fake News até o final de maio.

"Hoje, a maioria da Câmara tem preferência pela Anatel como regulador. A criação de um novo órgão governamental gera resistências de que este regulador seria do atual governo", reconheceu Silva durante evento promovido pelo grupo Esfera Brasil, em São Paulo. Para o relator do PL na Câmara, o modelo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) é um bom exemplo de como poderia ser o regulador das empresas de tecnologia.

"A Anbima é uma entidade de direito privado que se autorregula e é regulada pelo Banco Central e pela CVM. Vejo que poderíamos compor algo neste sentido, com a Anatel sendo o ente governamental responsável por isso", avaliou Orlando Silva. Também presente no debate, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Paulo Pimenta, afirmou que o governo não tomará posição sobre o tema para não afetar o debate no Congresso, mas afirmou que espera que o texto se-

ja votado até o fim do primeiro semestre.

O painel do Esfera Brasil contou ainda com o senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do PL das Fake News no Senado, que defendeu a retirada de trechos sobre a remuneração de conteúdo e **direitos** autorais do texto em discussão na Câmara dos Deputados. O CEO do Google no Brasil, Fábio Coelho, era esperado para o encontro, mas não compareceu alegando compromissos emergenciais.

No final de semana, a comissão especial de Direito Digital do Conselho Federal da OAB sugeriu um sistema tripartite para implementar a lei. Pela proposta, um conselho de políticas digitais (CPD) fiscalizaria o cumprimento da legislação por meio da análise de relatórios de risco sistêmico e de transparência, publicados periodicamente pelas plataformas. Neles, as empresas teriam de detalhar como buscaram agir com relação aos conteúdos ilegais. A partir disso, o conselho poderia aplicar multas.

O CPD seria composto por membros indicados pelos Três Poderes e representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e da OAB. Uma entidade de autorregulação, composta por representantes das próprias plataformas, ficaria encarregada da moderação do conteúdo e ajudaria a decidir quais postagens potencialmente ferem a lei e devem ser removidas. O terceiro pilar do sistema tripartite seria o Comitê Gestor da **Internet** no Brasil (CGI.br), que faria estudos e publicaria diretrizes e recomendações para os códigos de condutas das plataformas.

MIGALHAS nº 5.601

Segunda-Feira, 15 de maio de 2023 - Migalhas nº 5.601.

Fechamento às 09h48.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Dias Costa Advogados

()

"O biquíni é uma solução suicida como roupa de banho, porque destrói, varre todo o suspense, todo o mistério que a nudez precisa ter para significar alguma coisa."

Nelson Rodrigues

O caso do biquíni de crochê - Trancoso vs EUA

Entre os quadrados da vida, a equipe deste nosso poderoso rotativo esteve outro dia com Solange Ferrarini, artesã brasileira que mora na paradisíaca Trancoso/BA, criadora de um famoso biquíni de crochê que foi copiado por uma turista estrangeira e virou alvo de disputa judicial nos EUA. Para conhecer esta história, .

Investida das big techs

Alexandre de Moraes atendeu ao pedido da PGR e instaurou inquérito para apurar a atuação de diretores do Google e do Telegram no Brasil em suposta campanha contra o PL das fake news. ()

Dura lex , sed lex

Editorial d'O Globo, 14 de maio de 2023: "Ao agir por voluntarismo, mesmo em defesa da democracia, o Supremo cria riscos para si e para a própria de-

mocracia. O combate legítimo aos excessos das plataformas digitais não vale o risco de desviar da legalidade."

De volta às redes

Deputado Federal Zé Trovão poderá tirar tornozeleira eletrônica e retomar atividades nas redes sociais. Assim decidiu o ministro Alexandre de Moraes. O ministro tinha proibido o cidadão, antes de ser eleito, de usar redes sociais. Agora, considerando que ele cessou "a divulgação de conteúdos revestidos de ilicitude", mesmo porque - como dito - ele estava proibido de usar as redes sociais, o ministro deliberou revogar as medidas restritivas. ()

Nova súmula

STF aprovou, em plenário virtual, súmula vinculante que determina o regime aberto para tráfico privilegiado, desde que o réu não seja reincidente. Veja a íntegra do enunciado. ()

Previdência

Sem irregularidades de tramitação ou vício de iniciativa, o STF validou reforma de 98, na Constituição de 88, que alterou regime de aposentadoria dos magistrados, submetendo-os ao regime geral de aposentadoria dos servidores públicos. ()

Vista da vista

Novo pedido de vista suspende julgamento virtual do STF que analisava decretos da gestão Doria/Rodrigo, no governo de SP, que liberaram contrato de 25 anos no valor de R\$ 23 bilhões sem licitação. Antes do pedido de Moraes, já havia dois votos para declarar a inconstitucionalidade dos decretos. ()

Punição

Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do STJ, determinou que vá para o regime aberto uma sexagenária, com problemas de saúde, que foi presa no mês passado em razão de um furto de roupa ocorrido 17 anos atrás. Decisão vale até que o TJ/SP reveja a pena aplicada, como determinou o ministro. ()

Pequena com sorte grande

Uma jovem, menor de idade, que preencheu bilhete de loteria do pai com seus dados e foi contemplada, em 2017, receberá o prêmio quando fizer 18 anos (que já é em julho deste ano). Magistrada entendeu que o recebimento do prêmio pela menor não viola a lei, já que o bilhete foi adquirido pelo pai. ()

Penhora do salário

Advogada teve 10% do salário penhorado para pagamento de dívida civil. Decisão é da 12ª câmara de Direito Privado do TJ/SP, que ponderou a origem do crédito e o princípio da proporcionalidade, uma vez que o crédito foi oriundo de dano moral, sendo possível a penhora de parte do salário sem ofensa a sua dignidade. ()

Direito de crédito

Devedora que teve salário retido pelo banco, sem aviso prévio, será ressarcida e indenizada por danos morais. Magistrada entendeu como abusiva e arbitrária a forma como a instituição financeira exerceu seu direito de crédito. ()

Vagas

Nesta semana, o STF deve montar duas listas triplices para vagas no TSE. A tradição diz que o presidente da Corte eleitoral apresenta os nomes, e o STF os chancela.

Novo Apoiador

Dias Costa Advogados nasceu em 2009 a partir da

união de advogados que queriam fazer uma advocacia diferente. O escritório está sediado na pujante Nova Lima/MG. O acompanhamento em tempo real de todas as operações é uma característica predominante na banca, permitindo que desvios de padrões sejam imediatamente visualizados e trabalhados com os gestores internos, garantindo, com isso, um resultado cada vez melhor para a operação dos clientes. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Migalhas dos leitores - Detetives, mãos à obra

"[Os fugitivos de Alcatraz estiveram no Brasil?] Gostaria de muito de saber qual o desfecho dessa intrigante história." Guilherme Junqueira de Almeida

Falha de segurança

Consumidora que teve iPhone furtado e aplicativo de banco acessado será indenizada pela Apple. Juiz do RJ concluiu que "não havendo provas de que a consumidora tenha contribuído de alguma forma para o desbloqueio do aparelho, deverá a Apple ser responsabilizada pela falha no sistema de segurança". ()

Pesando os valores

Juiz do Trabalho mantém justa causa de gestante por comentário racista. Magistrado entendeu que garantia provisória às grávidas não é salvo-conduto para atos lesivos no trabalho. ()

Multa do Procon anulada

Empresa de supermercados conseguiu anular multa de mais de R\$ 660 mil aplicada pelo Procon, por supostas violações a normas consumeristas. Ao decidir, juiz ressaltou que o órgão estipulou os valores sem qualquer base, fixando um faturamento absolutamente oposto ao demonstrado. ()

Contrato anulado

Por evidente violação ao direito de informação, clientes tiveram contrato de programa de hospedagem internacional anulado. Juíza paulista também determinou que a empresa, representante do clube de férias no Brasil, restitua os valores pagos aos consumidores, admitida a retenção no percentual de 10%. ()

Migalhas dos leitores - Gramatigalhas

"[Primeiros documentos oficiais em português] Interessantíssimo." Marina Fernandes

Migas

STF - Ministro André Mendonça concede regime aberto a mãe condenada por furto de fraldas. () STJ - Tribunal decidirá se vedação da lei Maria da Penha impede multa isolada. () TST - Empregada com doença grave será indenizada por mudança em plano de saúde. () TJ/MG - Bebê de casal homoafetivo terá duas mães no registro. () TRT-3 - Empresa indenizará candidato após prometer e não contratar. () TRF-4 - CEF não indenizará titular de contas bloqueadas por suspeita de fraude. ()

Colunas

Direito Privado no Common Law

Continuando a trilogia sobre formação contratual, o professor Daniel Dias trata da proposta ou oferta ao público no sistema alemão. ()

Migalhas Notariais e Registrais

No penúltimo capítulo da série "Terminologias notariais e registrais", Jean Karlo Woiciechoski Mal-lmann trata dos conceitos de notariado e registratura. ()

Migalhas de Direito Médico e Bioética

A slow medicine não se trata de uma nova cons-

trução, é a retomada da medicina individualizada com o uso reflexivo e parcimonioso da tecnologia. Sobre o tema, veja as considerações da advogada Lívia Callegari. ()

Olhares Interseccionais

Para Jonata Wiliam, a suposta ignorância quanto ao modo como as questões raciais atravessam as relações no Brasil é utilizada como escudo para evitar o enfrentamento da discriminação e do racismo. ()

Papo Jurídico

Depois de consolidada a propriedade em nome do credor, ainda é possível a purgação da mora? Advogado Guilherme Galhardo Antonietto esclarece. ()

Leitura Legal

Em homenagem ao Dia das Mães, o promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior e o cirurgião cardiovascular Ronaldo Honorato Barros dos Santos narram história de mulher transplantada que tinha o sonho de gestar uma criança. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Migalhas de peso

- "STJ: Fundo de pensão pode realizar desconto de empréstimo consignado em folha de pagamento", por Pedro Diniz da Silva Oliveira (Bocater Advogados). ()

- "Surdez unilateral, o descompasso da democracia e retrocesso legal", por Maria Inês Vasconcelos (Maria Inês Vasconcelos & Advogados Associados). ()

- "Diretrizes da relação bilateral entre médico e paciente", por Fabiana Leão (Comparato, Nunes, Federici & Pimentel Advogados). ()

- "Qual direito vale mais: o dos sindicatos ou dos empregados?", por Daniel de Paula Neves (Silva Matos Advogados). ()

- "A teoria da cegueira deliberada", por Ricardo Henrique Araujo Pinheiro (Araújo Pinheiro Advocacia). ()

- "Governança em empresas familiares", por Juliana Assolari (Lassori - Assolari e Ortolan Advogados). ()

- "Ampliação dos segmentos econômicos prioritários e o impulsionamento das debêntures incentivadas", por Ingrid Rodrigues da Silva e Daniel Magalhães (monteiro de castro, setoguti advogados). ()

- "Existência ou não do direito da gestante contratada pela administração pública por prazo determinado (contrato temporário) ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória", por João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho e Carlos Rafael Drummond Alvarez (João Bosco Filho Advogados). ()

- "Comprovação dos danos morais em caso de vazamento de dados pessoais", por Carlos Roberto Siqueira Castro, Daniela Soares Domingues e Alexandre Wider (SiqueiraCastro). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novos sócios

Nelson Wilians Advogados apresenta dois novos sócios: Santiago André Schunck (Direito Penal Estratégico) e Kaline Kiarele Gonçalves Pinheiro (Direito Tributário). ()

Equidade de gênero

O "BMA Mulher", uma iniciativa do escritório BMA

Advogados, deu início ao Programa de Mentoria, com o objetivo de auxiliar as integrantes a transposição de desafios e na aceleração de sua senioridade na carreira, por meio do diálogo e da troca com profissionais mais experientes. ()

Baú migalheiro

Há 108 anos, em 15 de maio de 1915, Argentina, Brasil e Chile assinaram o Pacto do ABC. O acordo visava formar uma cooperação entre os países como uma forma de responder à influência estadunidense na região e estabelecer um equilíbrio e mecanismos de consulta entre as três nações envolvidas. (Compartilhe)

Sorteio

Lançamento da Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, a obra "Famílias Multifacetadas - Direito Civil Constitucional das Famílias", de autoria de Samantha Dufner, traz abordagem moderna e inédita do Direito das Famílias pela perspectiva civil constitucional e dos direitos humanos, que consolida em manual de único volume, as facetas da diversidade com inclusão das famílias não reconhecidas e marginalizadas pela sociedade. Participe do sorteio! ()

Novidades

Amanhã, às 19h, no IDP, em Brasília, ocorre o lançamento de duas obras jurídicas: "Direito à Educação Indígena - Vozes da Amazônia" (Juruá - 182pg.), de autoria de Igor Barros Santos; e "Medidas de Segurança e Periculosidade - Aspectos Jurídicos, Médicos e Psicológicos" (Sergio Antonio Fabris Editor - Safe - 79pg.), de autoria de José Elias Gabriel Neto. () A noite de autógrafos do livro "Código Penal Comentado", coordenado por Miguel Reale Júnior (Miguel Reale Júnior Sociedade de Advogados), acontece dia 19/5, às 19h, na Livraria da Vila, em SP. () Dia 23/5, às 19h, Ana Tereza Basilio, vice-presidente da OAB/RJ e sócia do escritório Basilio Advogados, participa do lançamento do livro

"Ana Tereza Basilio: A vitória do devido processo legal", de André Felipe de Lima, Michelangelo Moura e Sérgio Pugliese. O coquetel de lançamento será na Livraria da Travessa do Shopping Leblon (avenida Afrânio de Melo Franco, 290, loja 205A). Acontece, dia 25/5, às 19h, no Auditório da Faculdade de Direito da UFJF, o lançamento da obra "Omissão Inconstitucional e Sentenças Normativas: limites e possibilidades para a atuação criativa do Supremo Tribunal Federal" (Lumen Juris - 312 pg.), de autoria do Procurador Municipal de Juiz de Fora, André Luiz Maluf.

André Luiz Freire, sócio do escritório Mattos Filho, lança dia 30/5, às 19h, o livro "Contratos Administrativos" com palestra virtual no canal do YouTube da ESA OAB/RJ, que tem como coordenadora acadêmica Thaís Marçal, sócia do escritório Motta Fernandes Advogados. ()

Migalhíssimas

Sócios do escritório Peter Filho, Sodré, Rebouças & Sardenberg Advocacia, Filipe Knaak Sodré e Cássio Rebouças de Moraes estarão hoje na Universidade Federal do Espírito Santo para um bate-papo sobre "Advocacia Criminal". O evento é parte de um ciclo de palestras organizado pela Comissão de Advocacia Criminal da OAB/ES em faculdades de Direito do Estado, visando tratar de temas como o início da carreira, as dificuldades, as glórias e a ética profissional do advogado criminalista. Também irão palestrar os advogados Gabriel Merigueti, Anna Paulina Cardoso e Nágila Zardini. Hoje, Ana Tereza Basilio, vice-presidente da OAB/RJ e sócia do escritório Basilio Advogados, participa, pelo canal YouTube mentoriaoabrj, do "Treinamento Permanente em Processo Civil" com o tema "Aplicação das Medidas Atípicas quanto à forma e aos limites após o julgamento da ADI 5941 do STF". Amanhã, às 18h, FAS Advogados - Focaccia, Amaral e Lamonica Advogados realiza o webinar gratuito "FAS+ Simples" sobre a taxa de investimentos no exterior. Juliana Porchat de Assis e Haroldo Domingo Bertoni

Filho, sócios da área de Planejamento Tributário, Transacional e Operações Internacionais do escritório, estarão à frente da palestra. () João Carlos Souto, diretor da Escola da AGU, palestrará sobre "Suprema Corte dos Estados Unidos" na ESA da OAB/RJ, amanhã, às 19h. Thaís Marçal, coordenadora acadêmica da ESA e sócia do escritório Motta Fernandes Advogados, e Leonardo Rocha participam como moderadores. () Nelson Wilians Advogados reuniu, recentemente, em parceria com a FALCONI, sócios e diretores do escritório de todo o Brasil em dois dias de imersão para tratar de temáticas importantes para o negócio, seguido de uma série de atividades direcionadas, colocando em pauta as normas, valores, crenças, atitudes e comportamentos de toda a comunidade interna. () Advogada do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados, Carolina Smirnovas participou do "IBDIC Engineering Talks 2023", realizado no Centro de **Arbitragem e Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, dia 4/5. Foram feitas exposições sobre "Planejamento de Obras e Análises Forenses de Cronograma" e "Formação de Preços da Construção". O evento contou com a participação de advogados, árbitros, engenheiros e demais profissionais que atuam com o direito da construção. Maria Lúcia Benhame, sócia do escritório Benhame Sociedade de Advogados, foi entrevistada por Carol Gilberti, da Rádio Band News BH, no programa "Mulheres Elétricas", falando da declaração do presidente da república sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham a mesma função. ()

Inscreva-se

Hoje é o último dia para inscrição com desconto no "6º Congresso Ibradim de Direito Imobiliário", que acontecerá em SP, nos dias 24 e 25/8. Amanhã começa o último lote com os ingressos finais. ()

Concurso Nacional de Monografia

O CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Ad-

vogados, por meio do Comitê de Ensino Jurídico e Relações com Faculdades, lança o "XV Concurso Nacional de Monografia Orlando Di Giacomo Filho" com o tema "O Teletrabalho como fator dominante na prática da Advocacia. Vantagens e Desvantagens". Coordenado pelos advogados Décio Policastro (Araújo e Policastro Advogados), Eduardo Migliora Zobaran (Mundie e Advogados) e Giuliana Bonanno Schunck (Trench Rossi Watanabe), o concurso é dirigido a estudantes de Direito de faculdades reconhecidas pelo MEC que estejam cursando a partir do 2º ano ou 3º semestre da graduação. Confira o regulamento, .

Direito Penal

Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB/MG, em parceria com o Instituto de Ciências Penais e o Centro Acadêmico Afonso Pena, abre as inscrições para o "Congresso Nacional do Direito Penal dos Silenciados", que acontece de 17 a 19/5, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Durante o evento será lançada a obra coletiva "Direito Penal dos Silenciados" (Thomson Reuters - Revista dos Tribunais), coordenada por Sara Matanzaz, e prefácio da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. ()

Representações

ABPI - Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual realiza o webinar sobre "Ecossistema de Inovação em Minas Gerais", durante o "6º Evento de Representações da **ABPI**" gratuito, que acontece amanhã, às 10h30. ()

Filosofia

A relação entre "A Filosofia e o Direito Privado" será debatida na palestra promovida pelo IAB, amanhã, às 10h. O webinar terá transmissão pelo canal TVIAB no YouTube. Serão concedidas duas horas de estágio pela OAB/RJ. ()

Segurança cibernética

O Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio promove, dia 19/5, às 10h, totalmente em inglês, a conferência internacional "Cybersecurity and Cybercrime: Understanding Global Developments". O evento será transmitido ao vivo, a partir das 10h, no canal da FGV no YouTube. ()

Arbitragem

Dias 10 e 11/8, a partir das 9h, no Museu do Amanhã, no RJ, acontece o "VI Congresso Internacional CBMA de **Arbitragem**", promovido pelo CBMA - Centro Brasileiro de **Mediação** e **Arbitragem**. Inscreva-se! ()

Gestão financeira

Para um bom funcionamento do departamento financeiro, é necessário ter uma gestão estratégica para crescer de maneira sustentável ao longo do tempo. A Radar - Gestão para Advogados dispõe de consultoria especializada em gestão financeira. ()

Viva

Sorteio de obra : O ganhador da obra "Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966" (edipro - 176pg.), supervisionado por Jair Lot Vieira, é Márcio de Santana Rodrigues, de São José dos Campos/SP. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um

profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Miguel Calmon

CE/Acaraú

CE/Tamboril

GO/Montes Claros de Goiás

MG/Eugenópolis

MG/Peçanha

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Escravidão, ainda"

IstoÉ Dinheiro

"Receitas recordes apimentam Chilli Beans"

Veja

"Poderosa"

IstoÉ

"O Brasil precisa de mais Ritas Lees"

The New York Times - EUA

"North Carolina Faces Veto Fight On Abortion Bill"

The Washington Post - EUA

"Mercenary chief offered Russian positions to Kyiv"

Le Monde - França

"Turquie: Erdogan en tête, un second tour se profile"

Corriere Della Sera - Itália

"Kiev vincerà entro l'anno"

Le Figaro - França

"Un an après, le couple Borne-Macron sous tension"

Clarín - Argentina

"Suben las tasas a 97%, aumentan controles y abren las importaciones"

El País - Espanha

"La ajustada victoria de Erdogan aboca a Turquía a la segunda vuelta"

Público - Portugal

"Faltam quase mil nadadores-salvadores para vigiar as praias portuguesas"

Die Welt - Alemanha

"Selenskyj: 'Deutschland ist ein echter Freund'"

The Guardian - Inglaterra

"Braverman rejects Tory calls to ease visa rules"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Intenção de compra de imóvel cai ao menor nível desde 2020"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Valorização do mínimo é desafio à regra fiscal"

Continuação: MIGALHAS nº 5.601

O Globo - Rio de Janeiro

"Falta de insulina no SUS já afeta os pacientes"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Furtos disparam na capital e no interior"

Correio Braziliense - Brasília

"Petrobras vai rever sua política de preços"

Zero Hora - Porto Alegre

"Maioria das categorias registra reajustes acima da inflação no RS"

O Povo - Ceará

"Policial civil invade delegacia e mata quatro colegas"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"SDS cria força-tarefa contra roubos de carros em Pernambuco"

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais | Direito de Imagem

4

Direitos Autorais

5, 11, 12, 16

Patentes

8, 10

Propriedade Intelectual

10, 15, 17

Entidades

10

Marco regulatório | INPI

14

ABPI

17